

ATA N.º 25/2015**Data da reunião ordinária: 07-12-2015****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14,30 horas****Términus da reunião: 16,20 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Laura Maria Faria Vergamota**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 04-12-2015****Operações Orçamentais: 87 123,52****Operações não Orçamentais: 305 341,57**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

Após declarar aberta a reunião, o Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Foi presente a informação das atividades desenvolvidas pelo Exmo. Presidente e Executivo, no período de 17 de novembro a 7 de dezembro de 2015:

«Na sequência do Convite recebido da EDP Comercial e o Jornal de Negócios, *assisti* ao “Seminário EDP – Gestão Eficiente de Energia no Setor Público”, no dia **18 de novembro de 2015**, na Quinta das Lágrimas, em Coimbra.

Realizou-se mais uma iniciativa *Night Runner’s – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC.

No dia **19 de novembro de 2015**, pelas 20.00h, decorreu a *inauguração oficial da 24.º Expo-Aves* (de 20 a 22 de novembro), organizada pelo Clube Ornitófilo Ribatejano, no Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento, inserida nas comemorações do 70.º aniversário do nosso Concelho.

Dando seguimento ao proposto na “Rota dos 20”, projeto Eco-Escolas, o Município do Entroncamento, representado pela **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, procederam à entrega da passagem dos testemunhos ao Município de Almeirim, na EB n.º 1 de Fazendas de Almeirim, na tarde do dia **20 de novembro de 2015**.

Ainda nesse dia, estive reunido com o Presidente da Câmara Municipal da Lousã.

Nessa noite, no âmbito das Comemorações do 70.º aniversário do Concelho do Entroncamento, *assisti*, em conjunto com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, **Vereador Dr. Carlos Amaro** e **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, ao Espetáculo Lírico do tenor Carlos Guilherme e a soprana Filipa Lopes, na Igreja da Sagrada Família, com apresentação de árias e duetos de óperas famosos, acompanhados ao piano por Pedro Vieira de Almeida.

Foi apresentado no dia **21 de novembro de 2015**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o livro “Guia de Campo – Parque Verde do Bonito” da autoria do biólogo João Miguel Ribeiro, numa edição desta Câmara Municipal. **Presidi** à cerimónia de apresentação, em conjunto com a Prof.ª Sara Amâncio (Instituto Superior de Agronomia) que assinou o prefácio, o Arq. Rafael Domingos (responsável pela requalificação do Parque Verde do Bonito) e o próprio autor que apresentou resumidamente o seu Guia, identificando um património natural atrativo, com uma flora abundante e uma fauna diversificada. A assistir ao lançamento do livro, estiveram presentes a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**.

Ainda nessa tarde, organizado pelo Orfeão do Entroncamento, *assisti* ao **XXIX Festival de Coros**, na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, tendo a participação do **Coro Jubilare** de Alcanena e **Grupo Coral Oásis da Bairrada**.

Igualmente nessa noite, assisti ao Concerto da Orquestra Ligeira da Ponte de Sôr, na Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal. Criada em 1981 e formada por 35 executantes na sua maioria jovens estudantes, que ocupam os seus tempos livres na aprendizagem e divulgação da música.

No domingo, dia 22 de novembro de 2015, decorreu no Pavilhão Desportivo, a iniciativa “*Family Time & Creative Market*”, organizada pela CME em parceria com a *Incentiv Art – Incentivos Empresariais*. A ideia foi reunir no mesmo espaço, diversas atividades para pais e crianças (insufláveis, pinturas faciais, puzzles) e divulgação e promoção do comércio e venda direta de produtos, tanto pelo comércio local, lojas online ou artesãos. Apenas as atividades infantis eram pagas, sendo uma percentagem revertida a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento.

Ainda nesse dia, decorreu uma atividade solidária “*Amigos da Paty*” no Pavilhão da Escola Básica do Bonito, com a realização de uma Aula de Zumba, com o objetivo de recolha de roupa, brinquedos e artigos usados para doação.

No dia 23 de novembro de 2015, a convite do CERE, **estive presente**, conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, no almoço integrado no Encontro com instituições congéneres pertencentes à UNICRISANO, uma oportunidade para a partilha, esclarecimento e apresentação de diversos procedimentos e regras praticadas em cada uma das instituições.

No dia 24 de novembro de 2015, o nosso Concelho comemorou o feriado municipal – 70.º aniversário. Teve início com o hastear da bandeira, acompanhado pelo hino nacional interpretado pelo Coro infantil da Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento. Seguiu-se a sessão solene comemorativa, a homenagem aos funcionários da Autarquia que se aposentaram este ano e os funcionários que completaram 25 anos de serviço. Em seguida, decorreu a apresentação da exposição de postais editados pela Câmara Municipal no Átrio dos Paços do Concelho.

No final da manhã, ocorreu a inauguração da Exposição Documental sobre o Entroncamento 1945-1955, na Galeria Municipal, patente até 10 de dezembro.

Durante a tarde, realizaram-se várias atividades: Tarde Infantil na Sala do Centro Cultural; Caminhada do Apetite, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC e uma Mega Aula de Zumba, em colaboração com o Onda Física.

A finalizar o dia de aniversário, realizou-se o Festival de Sopas promovido pela Casa do Benfica e pelo CLAC, no Pavilhão Desportivo Municipal.

No dia 25 de novembro de 2015, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Entroncamento, realizou as *III Jornadas de Prevenção*, no Auditório da Escola E.B. 2.3. Dr. Ruy d’Andrade, dedicadas ao tema “*Crianças e Jovens: Modelos Educativos: a realidade e os desafios*”, perante uma plateia composta essencialmente de jovens, professores e técnico. ***Presidi*** à Mesa de Abertura e a ***Vereadora Dr.ª Tília Nunes***, efetuou a Sessão de Encerramento.

Ainda nessa manhã, estive presente, na reunião do Conselho de Administração da Fundação Museu Nacional Ferroviário, no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

Realizou-se mais uma iniciativa *Night Runner’s*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC.

No âmbito da 6ª Edição da “*Semana da Reflorestação Nacional*”, do *Movimento Plantar Portugal*, os alunos das escolas do concelho plantaram nos dias **26 e 27 de novembro**, cerca de 160 sobreiros no Parque Verde do Bonito. No dia **26 de**

novembro, foram os alunos das escolas *EB António Gedeão* (6 alunos pré-escolar e 10 alunos 1.º CEB), *Jl Sophia de Mello Breyner Andresen* (12 alunos pré-escolar), *EB Zona Verde* (8 alunos pré-escolar e 24 alunos 1.º CEB) e *EB Bonito* (4 alunos pré-escolar e 26 alunos 1.º CEB). No **dia 27 de novembro**, colaboraram nesta tarefas os alunos do *Jardim Escola João de Deus* (16 alunos), *Infantário Encoprof* (8 alunos) e *Colégio dos Navegantes* (10 alunos). Os alunos levaram ainda para as escolas um vaso com uma bolota, oferecido por esta Câmara Municipal, para cuidarem, de modo a que para o ano possam plantar novos sobreiros, promovendo assim a regeneração da nossa floresta.

Igualmente no dia **26 de novembro de 2015**, **estive presente** na reunião do Conselho de Administração das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em Évora.

No dia **27 de novembro de 2015**, **presidi** à *Reunião Extraordinária de Plenário do Conselho Local de Ação Social*, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho. A **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** esteve igualmente presente e a Ordem de Trabalhos incidiu na *apresentação do Médio Tejo – Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado* pelo Prof. Rogério Roque Amaro e a candidatura ao *Programa Escolhas 6.ª Geração*.

Ainda nessa noite, decorreu a *Sessão Ordinária da Assembleia Municipal*, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho.

No **sábado, dia 28 de novembro de 2015**, a Comissão de Pais do Infantário da Associação Encoprof, organizou uma venda de produtos de Outono, numa das bancas do Mercado Municipal.

Nessa manhã, ocorreu a Oficina Criativa Porta-Recados, na Sala dos Serviços Culturais, promovida pela CME, tendo como destinatários, crianças dos 6 aos 12 anos de idade.

Igualmente nessa tarde, a convite da Igreja Adventista do Sétimo Dia do Entroncamento, o **Vereador Dr. Carlos Amaro**, assistiu à Cerimónia de Investidura do Clube dos Desbravadores, composto por crianças e jovens do Movimento Escutista.

Ainda nessa noite, a Sala da Cultura do Pavilhão Desportivo Municipal, esteve com lotação esgotada, para assistir à revista à portuguesa “*P’ro Diabo Kus Carregue*”, com Natalina José, Luís Viegas, Anita Guerreiro, Paulo Oliveira, Ana Paula Mota, Filipa Giovanni. Face ao êxito que teve e à avolumada procura de bilhetes, foi decidido promover uma nova sessão para o dia 04 de dezembro de 2015.

Na tarde do dia 30 de novembro de 2015, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, aceitou o convite formulado pelo Corpo Docente e pela Associação de Pais de Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner, e visitou a *Feira de Outono – Venda de Frutos secos e produtos da época*.

Ainda nessa tarde, a convite da Câmara Municipal de Abrantes, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, assistiu à Cerimónia de lançamento da Empreitada de: “Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – Fase I – Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos”, na Biblioteca Municipal António Botto.

No **dia 02 de dezembro de 2015**, **estive presente**, na reunião das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em Lisboa, em conjunto com a EPAL.

Realizou-se mais uma iniciativa Night Runner’s – a correr ou a caminhar, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC.

No **dia 03 de dezembro de 2015**, em comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a CME organizou a iniciativa Desporto para Todos,

contemplando uma Aula de Ginástica e Jogo de Futsal (lúdico) no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CERE.

Ainda em comemoração dessa data, o Executivo recebeu a visita de utentes do CERE, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, tendo-lhes sido entregue uma pequena lembrança de Natal.

No final da tarde, concedi uma entrevista à Rádio Hertz, na sede, em Tomar, abordando assuntos relacionados com o nosso Concelho e promovendo igualmente a visita, em especial nesta época de Natal, em que o Município oferece várias atividades lúdicas para pais e crianças.

Ainda nessa noite, na sequência do convite endereçado pela CIMT, **estive presente** na 2.ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no Auditório da Sede, em Tomar.

No dia 04 de dezembro de 2015, estive presente, na reunião do Conselho Fiscal da ANMP, em Coimbra, em substituição do membro efetivo – Presidente da Câmara Municipal de Gavião. A Ordem de Trabalhos incidiu na emissão de parecer e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

Ainda nessa tarde, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** visitou a Feira de Natal promovida pela Escola Básica António Gedeão.

Igualmente nessa noite, decorreu mais uma edição das Conversas com Café, dedicada ao tema “A Saúde e os Media”, na Biblioteca Municipal, tendo como orador convidado o Dr. José Manuel Mendes Nunes Assistente Graduado Sénior de Medicina Geral e Familiar na USF de Carcavelos, ACES de Cascais e como moderador a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**. A assistir, estiveram a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**.

No sábado, dia 05 de dezembro de 2015, o Entroncamento recebeu o candidato presidencial Sampaio da Nóvoa, que chegou de comboio. **Estive** na comitiva que o recebeu, conjuntamente com os **Vereadores Dr. Carlos Amaro e Dr.ª Tília Nunes**, os Presidentes das Juntas de Freguesia São João Batista e Nossa Senhora de Fátima, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

O candidato atravessou a passagem sobre as linhas férreas, visualizando o Museu Nacional Ferroviário, e visitou igualmente o Mercado Diário.

Durante esse fim de semana, a CME, em parceria com a ACIS e a Incentiv Art – Incentivos Empresariais, proporcionaram às crianças e pais, atividades lúdicas e temáticas inseridas na iniciativa Natal na Cidade.

No dia 05 de dezembro de 2015, a Praça Salgueiro Maia recebeu um Insuflável, o Atelier Infantil – Carta ao Pai Natal e a Mostra de Artesanato.

No dia 07 de dezembro de 2015, na Rua Luís Falcão de Sommer, decorreu a Feira de Antiguidades e a Mostra de Artesanato (Largo José Duarte Coelho) e no interior do Centro Cultural, um ateliê infantil sobre moldagem de balões e pinturas alusivas ao Natal e Chegada do Pai Natal, sempre acompanhada com animação musical nas ruas da nossa cidade.»

b) Informou sobre a candidatura ao CLDS do Entroncamento, que está a ser liderada pelo Lar dos Ferroviários, em conjunto com outras instituições da cidade, nomeadamente o CERE, a Santa Casa da Misericórdia e a Encoprof, já veio a decisão formal de aprovação, é uma candidatura para 3 anos, a qual nos permitirá desenvolver um conjunto de instrumentos para melhorar os níveis de inclusão e de coesão social do concelho.

c) Quanto à candidatura RLIS, liderada pelo CERE, e que envolve mais duas Associações, uma da Barquinha e outra de Constância, ainda não há decisão final, mas há bons indícios, pelo que vamos aguardar.

d) Também no dia 30 de novembro foi apresentada uma candidatura ao Programa Escolhas, liderado pelo CERE, envolvendo a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Lar dos Ferroviários, Agrupamento de Escolas, Segurança Social e CPCJ, como parceiros, esperamos que seja uma candidatura ganhadora porque é dirigida sobretudo à área social e permite promover a inclusão e os níveis de coesão social da cidade.

e) No passado sábado recebeu na cidade, em resposta a um convite efetuado, o Prof. Sampaio da Nóvoa, na sua qualidade de candidato à Presidência da República.

f) Informou que a Revista intitulada “Pró Diabo Kus Carregue” teve duas sessões esgotadas, nos dias 28 de novembro e 4 de dezembro, na Sala da Cultura do Pavilhão Municipal.

g) Sugeriu que, futuramente, apenas seja presente à reunião de Câmara, para conhecimento, o Edital com as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, bem como algum ponto em que tenha sido tomada alguma decisão, não se tornando, assim, necessário tomar conhecimento de todos os assuntos que já tenham sido objeto de deliberação por parte da Câmara Municipal. Será um procedimento que ajudará a agilizar os trabalhos das reuniões.

h) Informou que esteve presente na reunião do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios, na passada 6.^a feira, do qual é membro suplente. Teve como Ordem de Trabalhos o Plano de Atividades e o Orçamento para 2016. Uma das questões importantes é a delegação de competências nas Autarquias, a ANMP vai procurar sensibilizar o Governo para o facto de que os Municípios estão, obviamente, disponíveis para receber mais competências, que deverão ser acompanhadas do respetivo envelope financeiro. No nosso caso, já recebemos competências no âmbito da Educação, mas não se verificou a correspondente financeira.

Um segundo ponto em que a ANMP ficou de ter uma iniciativa legislativa é que, ao nível das responsabilidades dos titulares dos cargos públicos, não haja uma diferenciação negativa relativamente aos Autarcas. Neste momento o que se passa é que os Autarcas, e especialmente os Presidentes de Câmara, têm um conjunto de responsabilidades e diferenciações negativas, ou seja, em situações semelhantes, têm um conjunto de responsabilidades superiores a iguais titulares de cargos políticos, nomeadamente ao nível do Governo. Por exemplo, se eu hoje tomar uma decisão devidamente suportada num parecer técnico, jurídico ou outro e se um Tribunal ou Inspeção entender haver outras interpretações ao parecer, poderei ser condenado a ter que restituir montantes e até ser condenado criminalmente. Isto não acontece a nível do Governo.

Outra matéria que também está no Plano de Atividades é relativamente à operacionalização do Portugal 2020, quer ao nível dos programas nacionais, quer ao nível dos regionais.

2 – VEREADORA SRA. ISILDA AGUINCHA

a) Solicitou alguns esclarecimentos adicionais à informação das Atividades do Executivo:

- 1 - Plano Municipal do Desenvolvimento Social Integrado; e
- 2 – Deslocação dos utentes do CERE, foram só meninos ou os utentes em termos gerais?

b) Regista a composição da equipa de acolhimento e receção ao candidato Prof. Sampaio da Nóvoa esperando que todos os candidatos que se desloquem ao Entroncamento, se solicitado, tenham o mesmo tipo de acolhimento.

- O Exmo. Presidente esclareceu que a reunião realizada no dia 27 foi do Conselho Local de Ação Social, que teve como primeiro ponto, e mais importante, a apresentação e aprovação da candidatura e das parcerias ao Programa Escolhas. Convidámos também para esta reunião o Prof. Roque Amaro que, com a sua equipa, está a desenvolver um processo no âmbito da CIMT denominado Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social, e, na metodologia que definiu, pretende vir a fazer uma breve apresentação a todos os CLASES dos 13 concelhos, foi nesse âmbito a sua apresentação das linhas gerais deste Plano, bem como para colher algum feedback dessa reflexão que está a ser feita.

- Quanto à questão do CERE, a expressão “meninos” foi aqui utilizada por simpatia, dado que os visitantes eram todos adultos.

3 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) No dia 26 de novembro foi eleita a Comissão Central de Reformados a nível nacional, cujas eleições decorreram no Entroncamento e que, após a eleição, já tomaram medidas para que fizessem chegar ao Conselho de Gerência da CP um pedido de reunião com carácter urgente, que tem como finalidade restituir aos trabalhadores reformados e suas famílias aquilo que lhes foi retirado.

Também tiveram conhecimento de todos os passos dados por esta Câmara Municipal e por toda a Vereação sobre o assunto, pelos quais se congratulam. Foi-lhe pedido que transmitisse ao Sr. Presidente e a todos os Srs. Vereadores o agradecimento pelo empenho que todos têm demonstrado para que efetivamente seja possível esta devolução, o mais urgente possível, à família ferroviária.

Também nesse dia o PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução para a restituição dos direitos retirados aos ferroviários no ativo, pensionistas e suas famílias e teve agora a informação pelo Vereador Sr. Carlos Matias, que o assunto está em vias de ser agendado rapidamente.

Tivemos também conhecimento que o Bloco de Esquerda apresentou igualmente na Assembleia da República uma Resolução sobre o mesmo assunto. Naturalmente há mais passos a dar, mas os ferroviários não vão esperar que este assunto se vá adiando no tempo, já que todos reconhecemos, inclusivamente alguns governantes, que esta situação poderia ter sido evitada, foi um erro estratégico que não resultou em nada para que a CP e a REFER não viessem a ter resultados piores que nos anos anteriores e que os proveitos vindos dos ferroviários que pagaram os seus bilhetes de pouco ou nada serviram.

Estamos, então, todos de parabéns e expectantes. Os ferroviários continuam a aguardar o nosso empenho para a resolução desta questão, o que, naturalmente, saberão agradecer.

b) Em relação às decisões recentemente tomadas a nível hospitalar, o serviço de medicina interna veio dar razão ao PCP quando este apresentou Moções nas Assembleias Municipais, nas Câmaras Municipais e na área do Centro Hospitalar do Médio Tejo, exigindo o reforço da medicina interna, das urgências básicas e da pediatria. As populações e alguns de nós não acharam correto o encerramento destes serviços, agora vão todos congratular-se com a sua reabertura.

c) Outra questão tem a ver com algumas informações sobre o Orçamento da Comunidade Intermunicipal, pelo que propõe que o Sr. Secretário da Comunidade possa vir prestar esclarecimentos numa reunião de Câmara ou da Assembleia Municipal, sobre a transferência de competências nas áreas da Educação, Cultura, Saúde e Segurança Social, sobre os passos já executados na área da Educação e sobre a resposta na área do regime jurídico dos transportes, isto porque acha estranho que pessoas que não foram eleitas democraticamente se apresentem a negociar assuntos importantes e que são apresentados como dado adquirido.

- Quanto a esta questão, o Exmo. Presidente informou que na passada 5.^a feira decorreu uma Assembleia da CIMT, na qual foi eleito para Presidente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torres Novas, Dr. Trincão Marques. A estar alguém presente, como propõe o Vereador Sr. David Ribeiro, deveria ser a Sra. Presidente da Comunidade.

Tudo o que são candidaturas ou projetos que envolvem o Entroncamento, e que são projetos comuns para o futuro, constam do ITI, que já foi aprovado, bem como no Plano Estratégico, do qual já foi dado conhecimento à Câmara. Sobretudo no ITI constam alguns projetos, quer na área da Educação, quer na área Social, que envolverão o Entroncamento.

Há também uma intervenção por parte da CIMT, que não vincula os Municípios, que tem a ver com uma estratégia de tentar envolver um maior número de parceiros regionais para reforçar as várias propostas que vão ser desenvolvidas. São, sobretudo, grupos de estudo ou de trabalho que recorrem pontualmente ao apoio de especialistas com o objetivo de aprofundar essas temáticas.

No entanto também está disponível para esclarecer estas questões em concreto.

- Também a Vereadora Sra. Isilda Aguincha referiu que, de facto, quem presta contas nesta matéria são os políticos, não são os quadros que deles dependem. Para chegarmos ao atual Orçamento da CIMT houve, para além do trabalho dos técnicos, decisões políticas, nomeadamente de todos os Presidentes das Câmaras que constituem a CIMT. As matérias colocadas pelo Vereador Sr. David Ribeiro têm a ver com dinâmicas que existem na CIMT, que são sequência de um trabalho que é feito, pelo que faria mais sentido que os serviços pudessem preparar para o Sr. Presidente da Câmara uma apresentação sucinta com os projetos em curso e a sua evolução, eventualmente direcionada para estas áreas que foram focadas e outras na área de Ambiente e Segurança. O Sr. Presidente, logo que oportuno, apresentar-nos-ia essas matérias. Pensa que não faz sentido vir aqui o Sr. Secretário, uma vez que há um responsável pelas atividades da

CIMT e também porque o Sr. Presidente da Câmara faz parte do seu Órgão Executivo, não tendo que ser substituído nessa sua competência por um funcionário.

4 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

a) Recebeu informação de que seriam debatidos na próxima 4.^a feira, na Comissão de Economia, os dois Projetos de Resolução, um do Bloco de Esquerda, outro do PCP, mas verificou que nada consta na Ordem de Trabalhos.

- O Exmo. Presidente referiu que a informação que tem do PS na Assembleia da República é que teria sido acordado com o Bloco de Esquerda e com a CDU que seria desenvolvida uma posição conjunta, no sentido de chegar a uma conclusão única.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 16 de novembro de 2015, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

13707/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - EDITAL DE DELIBERAÇÕES DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27/11

- Ofício n.º 119/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar cópia do Edital com as deliberações tomadas na Sessão Ordinária realizada a 27 de novembro.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

10355/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

- Ofício n.º 113/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, a Alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

9167/13 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CENPRE - CENTRO EMPRESARIAL DO ENTRONCAMENTO

- Ofício n.º 114/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por unanimidade, a Alteração ao Regulamento do Cenpre – Centro Empresarial do Entroncamento.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

10457/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA PARA O CONCELHO DO ENTRONCAMENTO - ARU 1,2 E 3

- Ofício n.º 112/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou a Proposta de Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana para o Concelho do Entroncamento, ARU 1, 2 e 3, do seguinte modo:
- ARU 1 – Bairros Ferroviários – aprovada por maioria;
- ARU 2 – Centro da Cidade – aprovada por unanimidade; e
- ARU 3 – Bairros Sociais, Jardins Tradicionais e Zona Industrial Desativada – aprovada por unanimidade.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

7974/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CARTÃO ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO

- Ofício n.º 117/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por unanimidade, a Alteração ao Regulamento do Cartão Entroncamento Solidário.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

13404/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS TURE

- Ofício n.º 118/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, a Alteração ao Regulamento dos TURE.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

6069/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

- Ofício n.º 116/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por unanimidade, a Alteração ao Regulamento das Habitações Sociais do Município do Entroncamento.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

12843/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ORÇAMENTO PARA 2016 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2016-2019, MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2016 E REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

- Ofício n.º 111/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, o Orçamento para 2016 e Grandes Opções do Plano para o período de 2016-2019, Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2016 e Regulamento de Execução do Orçamento.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

12845/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2016, ATÉ 500.000€

- Ofício n.º 108/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, o Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2016, até 500.000 euros.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10

10920/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2016

- Ofício n.º 110/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, o Lançamento de uma Derrama para o ano de 2016.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

9962/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2016

- Ofício n.º 109/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por maioria, o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2016.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

13504/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - PARECER SEMESTRAL EMITIDO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- Ofício n.º 120/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, tomou conhecimento do parecer semestral emitido pelo Revisor Oficial de Contas com a informação sobre a situação económica e financeira do Município a 30 de junho de 2015.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 13

6113/15 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL - DELIBERAÇÃO - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA PRAÇA SALGUEIRO MAIA

- Ofício n.º 115/15, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que, na sua sessão ordinária realizada em 27 de novembro findo, aprovou, por unanimidade, a Alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14

13895/15 - GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO ECOLOGISTA "OS VERDES" - PROJETO DE LEI N.º 6/XII - RECOMENDAÇÃO AO GOVERNO - REPOSIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NA LINHA DO LESTE

- E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter o Projeto de Lei n.º 6/XII/-1.ª, no qual recomenda do Governo que proceda à reposição do serviço público de transporte de passageiros, na Linha do Leste, em todo o seu percurso.
- A Câmara tomou conhecimento.
- O Exmo. Presidente informou ter sensibilizado o candidato à Presidência da República, Prof. Sampaio da Nóvoa, no passado sábado sobre a importância da abertura do corredor da linha da Beira Baixa e da linha do Leste.

Não compreende que tenha havido um grande investimento para a modernização no troço entre a Covilhã e a Guarda e que não tenha sido concluído, na medida em que a única ligação operacional a Espanha por ferrovia é a da Beira Alta, no caso de haver um acidente ou manutenção, haveria uma via alternativa, de ligação ferroviária a Espanha.

Também o Presidente da Infraestruturas de Portugal já garantiu que esse investimento está previsto para 2016/2017.

- O Vereador Sr. David Ribeiro referiu que faria todo o sentido o empenhamento da CIMT nesta matéria, o que contribuiria muito para o intercâmbio Portugal/Espanha e, consequentemente, para o desenvolvimento do nosso concelho.

- A Vereadora Sra. Isilda Aguincha referiu também que, efetivamente, a ligação à Europa é importante, no entanto, há comboios que não têm efetiva utilização, pelo que deverá existir um equilíbrio que não penalize todos os contribuintes.

- O Vereador Sr. Carlos Matias também concorda em que deverá haver uma visão equilibrada e global da situação. Deverão ser tidas em conta a desertificação do interior e os danos ambientais.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

13904/15 - GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - APRECIACÃO PARLAMENTAR AO DL 169/2015 - PERMITE AOS MUNICIPIOS A CONSTITUIÇÃO DE PARCERIAS PARA A CONCRETIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a remeter o pedido de uma Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 169/2015, de 10 de agosto, que “Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, permitindo aos municípios a constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)”, publicado no Diário da República, I Série, n.º 164, de 24 de agosto de 2015.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 16

14236/15 - GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - PERGUNTA AO GOVERNO SOBRE A INTEGRAÇÃO NOS QUADROS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE UMA CENTENA DE PROFISSIONAIS QUE PRESTAM SERVIÇO NOS CENTROS E EXTENSÕES DE SAÚDE DO ALGARVE

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a remeter a “Pergunta ao Governo sobre a integração nos quadros do Ministério da Saúde de uma centena de profissionais que prestam serviço nos centros e extensões de saúde do Algarve”.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 17

11036/15 - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE - REGIME DE CAPITAÇÃO

- E-mail da Administração Central do Sistema de Saúde a informar o valor a pagar mensalmente pelo Município até ao final de 2015, no âmbito do Regime de Capitação.

- Mais informa que este pagamento será efetuado mediante retenção pela DGAL das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias locais.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18**11837/15 - INCENTIVART - REALIZAÇÃO DE EVENTO NO PAVILHÃO MUNICIPAL NO DIA 22 DE NOVEMBRO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS**

- E-mail da Incentivart a solicitar a isenção de taxas para a realização de uma atividade denominada "Creativ Market", no Pavilhão Municipal, no dia 22 de novembro.
- Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:
«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3, do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, isento o pagamento da taxa, sujeito a ratificação pela Câmara.»
- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS**PONTO 19****14219/15 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NORMAL BAIXA TENSÃO ESPECIAL E MÉDIA TENSÃO - ESCOLHA DE PROCEDIMENTO**

- Da Técnica Superior do Setor de Aprovisionamento, Dr.^a Filipa Silvestre, foi presente a seguinte informação:

«1. De acordo com a legislação em vigor as tarifas reguladas de venda de energia elétrica deixaram de existir a partir de 2011, devendo os clientes contratualizar um comercializador de energia elétrica no mercado livre, sendo por isso necessário proceder à abertura de um procedimento para **Fornecimento de Energia Elétrica - em Baixa Tensão Normal, Baixa Tensão Especial e Média Tensão** para o ano de 2016; pelo que se submete à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar.

2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deva exceder para 12 meses **564.034,40€** + IVA à taxa, a satisfazer por várias rubricas conforme os lotes:

- Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN) – **343.664,54€:**

- 0102 02011602 – 260.564,24€
- 0102 020201 – 14.018,34€
- 0202 020201 – 11.532,91€
- 0203 020201 – 13.280,39€
- 0204 020201 - 13.765,36€
- 0301 020201 – 8.545,11€
- 0302 020201 – 10.857,33€
- 0303 020201 – 11.100,87€

- Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE) - **123.984,56€**

- 0102 020201 – 16.874,26€
- 0202 020201- 13.208,35€
- 0203 020201 – 42.066,78€
- 0302 020201 – 25.207,98€
- 0303 020201 – 26.627,20€

- Lote 3 - Média Tensão (MT) – **96.385,30€**

- 0203 020201 – 23.150,32€
- 0204 020201 – 3.732,85€
- 0302 020201 – 44.109,45€
- 0202 020201 – 25.392,68€

O cabimento da despesa a efetuar em janeiro de 2016, deve corresponder à despesa estimada para 12 meses.

3. A escolha do procedimento em função dos critérios materiais permite a celebração de contratos de qualquer valor, artigo 23.º do CCP, pelo que se propõe a adoção do ajuste direto ao abrigo do critério material previsto na al. e) do n.º 1 do artigo 26.º e n.º 1 do artigo 259.º do CCP. Desta forma o presente procedimento irá ser efetuado ao abrigo do “Acordo Quadro de Eletricidade” da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

4. Assim Solicita-se a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca:

» Convite elaborado de acordo com o disposto no art.º 115.º do CCP.

» Caderno Encargos.

5. Propõe-se desta forma que seja realizado um ajuste direto com consulta às seguintes empresas na sequência do ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA celebrado pela CIMT em 15/10/2015:

- EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.
- GALP Power, S.A.

6. De acordo com o n.º 1 do artigo 67.º do CCP o procedimento deverá ser conduzido por um Júri constituído por 3 elementos, pelo que se solicita que V. Ex.^a designe os seus membros (3 membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes).

Sugere-se a seguinte composição para o júri do referido procedimento:

- Presidente – Hugo Gonçalves
- 1.º Vogal – Filipa Silvestre
- 2.º Vogal – Nuno Carda
- Suplentes - Susana Silva e Ana Cristina Correia

7. Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, a delegação de competência no júri para:

- Prestar esclarecimentos;
- Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento;
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e de documentos de habilitação;
- Proceder à audiência prévia por não entrega dos documentos de habilitação.

6. O órgão competente – Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. f) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12/09 e al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8/6., aplicável por força do disposto na al. f), n.º 1 do artigo 14.º D.L. 18/2008 de 29/01, na sua atual redação.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Convite, o Caderno de Encargos, autorizar a despesa e designar o júri, de acordo com a informação dos serviços.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 20

12722/15 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TÉCNICA ANIMADORA DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

- Da Técnica Superior do Setor de Aprovisionamento, Dr.^a Susana Silva, foi presente a seguinte informação:

«I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Nos termos do no n.º 5 e n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (à frente designado por LOE para 2015), que aprova o Orçamento de Estado para 2015, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e posteriores alterações (atualmente aplica-se o disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei 35/2014 de 20 de junho).

Nas autarquias locais, o **parecer prévio vinculativo** é da competência do órgão executivo e depende dos requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE para 2015, sendo os seus termos e tramitações regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-lei 209/2009 de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril e 66/2012 de 31 de dezembro, conforme o disposto no n.º 12.º do artigo 75.º da LOE para 2015.

Ao nível da Administração Central, foi publicada a Portaria n.º 53/2014 de 3 de março que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo.

No que concerne às Autarquias Locais, verifica-se que até à presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do D.L. n.º 209/2009 de 3 de setembro.

Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do **parecer prévio vinculativo**, pelo que, dever-se-á aplicar por analogia, a Portaria n.º 53/2014 de 3 de março, devendo o pedido ser instruído pelos seguintes elementos:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação da contraparte;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória*

II – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Uma vez que o IEPF tem intenção em prorrogar a autorização de funcionamento de todos os Gabinetes de Inserção Profissional em atividade até agosto de 2016, torna-se necessário proceder à abertura do procedimento com vista à **Prestação de Serviços para Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) do dia 01/01/2016 a 31/07/2016.**

Assim e uma vez que a emissão do **parecer prévio vinculativo** depende dos requisitos acima enunciados, cumpre nos instruir o parecer com os seguintes elementos:

- a) **Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado** - Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato, revelando se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato.

No que respeita à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, a mesma encontra-se regulamentada na Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, que estabelece as regras a observar para procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação. Portanto, previamente à celebração de prestação de serviços deverá ser verificada a existência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades do serviço que se pretende contratar.

Porém, no passado dia 8 de julho de 2014 foi celebrado Acordo entre o Governo de Portugal e a Associação de Municípios no qual se estipulou que as autarquias não estão sujeitas à consulta prevista na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental – O valor estimado para a prestação de serviços é de 5.663,42€ (a que corresponde um valor mensal 809,06€), a satisfazer pela rubrica 0102 010107.

A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano 2016, aprovado em reunião de câmara de 30 outubro – conforme anexo 1.

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato e informação da contraparte – Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, irá ser adotado o procedimento por Ajuste Direto em conformidade com a a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, visto que o contrato a celebrar não ultrapassa os 75.000€, para o qual será convidado a apresentar proposta a empresa:

- Teresa Cristina de Oliveira para a qual se verificou a inexistência dos impeditivos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do CCP.

d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Para verificação do cumprimento da redução remuneratória, dispõe o Orçamento de Estado, que o artigo 75.º da LOE 2015 (redução remuneratória) é aplicável aos valores pagos por contratos de prestações de serviços que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2014, sendo o valor de referência no caso das avenças o valor mensal da mesma.

Assim e no presente caso não **haverá lugar à redução remuneratória** atendendo ao facto da contratação ora pretendida ter um valor base mensal inferior a 1.500€ - n.º 1 do artigo 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro.

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, propõe-se que:

A Câmara Municipal do Entroncamento, delibere emitir parecer favorável à contratação **da Prestação de Serviços para Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional (GIP)** com Dr.^a Teresa Cristina de Oliveira, por um período de 7 meses, com início a 01/01/2016 e término a 31/07/2016, pelo valor de 5.663,42€ (a que corresponde um valor mensal de 809,06€), de acordo com o disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei 35/2014 de 20 de junho e do artigo 73.º da LOE para 2015.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável a este procedimento, de acordo com a presente informação.

- O Vereador Sr. Carlos Matias apresentou a intervenção que se encontra no anexo (20.1) à presente ata.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 21

637/14 – PROTOCOLO - ASSOCIAÇÃO “A OUTONOS DA VIDA”

- Na sequência da deliberação de 05 de agosto de 2015, foi presente o protocolo

a renovar entre o Município do Entroncamento e a Associação “ A Outonos da Vida”, para cedência de espaço para desenvolvimento da atividade desta Associação.

- A Câmara deliberou, por unanimidade, renovar o presente Protocolo.
- O Vereador Sr. Carlos Matias apresentou a intervenção que se encontra no anexo (21.1) à presente ata.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 22

13784/12 – PARQUE INFANTIL DO PARQUE DESPORTIVO DO BONITO – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO

- Da Assistente Técnica, Sandra Ferreira, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Para os devidos efeitos cumpre-me informar a Exma. Câmara, que na sequência do pedido efetuado pela firma Miraterra – Obras Públicas, Lda., adjudicatária da empreitada em epígrafe, para a liberação da caução, com base no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, que estabelece um regime excecional de liberação de cauções em empreitadas de obras públicas com contratos já celebrados ou a celebrar até 01 de julho de 2016, a qual nunca ocorreu por falta de reparação das deficiências da obra, apontadas na vistoria de 26 de setembro de 2012.

Posteriormente a várias insistências e de acordo com o último e-mail enviado no passado dia 19 de agosto de 2015 (anexo 1), a firma procedeu agora à correção das referidas anomalias, que foram verificadas na vistoria realizada a 23 de novembro de 2015.

Na referida vistoria compareceram o Eng.º Filipe Honório Torres, na qualidade de representante da firma Miraterra – Obras Públicas, Lda., e eu Técnica de Construção Civil, Sandra Cristina Pereira Ferreira, como representante da Câmara Municipal do Entroncamento, tendo-se verificado que as anomalias detetadas, se encontram corrigidas, conforme fotos no anexo 2.

Tendo a receção provisória da obra decorrido há mais de 4 anos, realizada no dia 23 de maio de 2011, é de parecer da Fiscalização que poderá a Exma. Câmara, de acordo com a alínea a), b), c), d) do n.º 2 e n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012 de 22 de agosto, autorizar a liberação de 90% da caução inicial da empreitada, correspondente ao valor de 11.019,15€ (onze mil e dezanove euros e quinze cêntimos).

Em resumo, relativamente à Garantia Bancária n.º 125-02-1703658, no valor de **6.121,75€ (seis mil cento e vinte e um euros e setenta e cinco cêntimos)**, do Banco Comercial Português, S.A. – BCP, datada de 25 de outubro de 2010 (cópia em anexo 3), poderá a mesma ser cancelada na totalidade.

O reforço de caução efetuado na retenção dos pagamentos no valor total de 6.121,75€ (extratos em anexo 4), poderá proceder-se à respetiva redução de **4.897.40€ (quatro mil oitocentos e noventa e sete euros e quarenta cêntimos)**, ficando 10% do valor total da adjudicação, ou seja, 1.224.35€, retidos até à data da receção definitiva da empreitada a realizar em maio de 2016.

Mais se informa que, de acordo com o n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei 190/2012 de 22 de agosto, a decisão de liberação de caução deverá ser comunicada ao empreiteiro, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, no prazo de 30 dias contados da data da vistoria realizada.»

- A Câmara, de acordo com a informação, deliberou por unanimidade, autorizar a liberação parcial de caução.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 23

14090/15 – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Provisória, elaborado em 26 de outubro de 2015, referente à empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Cordivias – Engenharia, Lda.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 24

13520/15 – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DO BONITO – ENVOLVENTE AO CAMPO RELVADO E BANCADA POENTE – AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO

- Da Assistente Técnica, Sandra Ferreira, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:
«Para conhecimento e homologação pela Exma. Câmara, junta-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva, referente à empreitada supramencionada, adjudicada à firma Eco-Edifica – Ambiente e Construções, S.A.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada deve se proceder à extinção da caução prestada, pelo que deverá a Exma. Câmara Municipal deliberar a liberação total da garantia bancária n.º 343 315 no valor inicial de 39.432,04€, do Banco Espírito Santo (Novo Banco), datada de 01 de agosto de 2008 (cópia em anexo), atualmente no valor de 3.943,20€ (três mil novecentos e quarenta e três euros e vinte centimos) e a garantia bancária n.º 2542.000518.993 no valor inicial de 3.514.71€, da Caixa Geral de Depósitos, datada de 06 de agosto de 2009 (cópia em anexo), atualmente no valor de 351,47€ (trezentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete centimos).»

- A Câmara, de acordo com a informação, deliberou por unanimidade, homologar o auto e autorizar a libertação total da caução.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 25

13604/15 – ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEÁRIOS – ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL – 2.ª FASE COMPLEMENTOS – AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO

- Da Assistente Técnica, Sandra Ferreira, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação:

«Para conhecimento e homologação pela Exma. Câmara, junta-se em duplicado o Auto de Vistoria e Receção Definitiva, referente à empreitada supramencionada, adjudicada à firma SECAL – Engenharia e Construções, S.A.

Mais se informa que com a receção definitiva da empreitada deve se proceder à extinção da caução prestada, pelo que deverá a Exma. Câmara Municipal deliberar a libertação do valor total da caução efetuada na retenção de pagamentos no montante de 408,83€ (Quatrocentos e oito euros e oitenta e três centimos), conforme extratos em anexo.»

- A Câmara, de acordo com a informação, deliberou por unanimidade, homologar o auto e autorizar a libertação total da caução.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

PONTO 26

11013/15 – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 03/2004 – BRÁLIS – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES, LDA. – PONTO DA SITUAÇÃO

- Na sequência da petição em nome da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal, CRL, a informar que no âmbito do processo de execução n.º 507/13.0.TBENT, a correr seus termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santarém, Instância Central – Secção de Execução do Entroncamento, adquiriu 23 lotes do alvará loteamento n.º 03/2003, em nome de Brális – Sociedade Industrial de Empreendimento e Construções, Lda., sito em Foros da Lameira, designadamente os lotes n.ºs:

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 32, 33 e 34, e a solicitar informação atualizada sobre a real situação do loteamento, foi presente a seguinte informação do Técnico Superior, Eng.º João Fernandes, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras:

«Em complemento da informação que se encontra no anexo 1, e após compulsar o respetivo processo, verifica-se que em 06/07/2007 apresentou o loteador um projeto de alterações visando legalizar transformações executadas no loteamento no decorrer das obras de infraestruturas e que são: 1- Novo desenho na ligação da rua A com a rua E, e nova localização dos lugares de estacionamento na rua E, passando a maioria destes lugares de poente para nascente da referida rua, havendo uma diminuição de dois lugares. 2- Ligação da rua A à rua F, através de um novo arruamento com a mesma plataforma (6,50m), mas sem passeios, onde no subsolo foram instaladas infraestruturas (rede de águas e de esgotos domésticos), conforme já estava previsto no projeto de infraestruturas. Salienta-se que este “novo arruamento” está executado em terreno denominado por área sobrance, e que para além de não possuir passeios, também não possui infraestruturas elétricas nem telefónicas. 3- Para além destas alterações relativamente ao desenho da planta se síntese que é parte integrante do alvará de loteamento, pretendia-se também uma mudança de configuração do lote 34, bem como a classificação do arruamento que dá acesso às garagens dos lotes 32, 33 e 34, que deixaria de fazer parte das áreas de cedência para domínio público e passaria a fazer parte do domínio privado destes lotes. 4- Verifica-se uma incongruência entre as peças desenhadas e a memória descritas e justificativa destas alterações já que a ligação entre as ruas A e F está representada nas peças desenhadas e não é referida na memória descritiva. Esta questão não foi abordada no parecer técnico emitido 10/11/2007, que mereceu despacho do Sr. Vice-Presidente no mesmo dia. 5- O sentido do referido despacho, foi transmitido ao loteador através do ofício n.º 0953 de 08/02/2008, o qual não mereceu do mesmo, qualquer resposta.

Pelo exposto, propõe-se para decisão superior o seguinte: 1- notificar o loteador da relação dos trabalhos em falta e/ou que carecem de retificação e que constam do anexo 1. 2- Deverá o loteador apresentar projeto da alteração ao loteamento, onde constem as alterações realizadas em obra, dando-se para este efeito o prazo de 30 dias.

Relativamente às alterações propostas em 06/07/2007 e aqui referidas, tendo em vista o tempo decorrido, e que os adquirentes dos lotes deverão pronunciar-se

sobre as mesmas, que a concretizarem-se obrigam à emissão de um aditamento ao alvará de loteamento e consequente registo na CRP, considero que se deveria promover uma reunião entre a Câmara Municipal, o loteador e os proprietários dos lotes com vista a acertos de posições e interesses.»

- A Câmara, de acordo com esta proposta, deliberou, por unanimidade, notificar o loteador da relação dos trabalhos em falta e/ou que carecem de retificação, devendo o mesmo apresentar projeto de alteração ao loteamento onde constem as alterações realizadas em obra, no prazo de 30 dias.

- O Exmo. Presidente informou que o loteador não vai reagir e vai preferir que seja a Câmara a concluir o processo, o que não é problemático, dado que a garantia bancária existente será suficiente para a realização das obras.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ANEXOS

Ponto 20 (MGD 12722/15)

Anexo 20.1

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Concordo com esta renovação. Este é um dos casos em que, evidentemente, se trata de um posto de trabalho permanente, mas que por força da legislação ainda existente, só poderemos manter com estes mecanismos de “renovações” e “aquisições de serviços”

Discordando frontalmente do enquadramento legal, mas sendo justa e adequada a manutenção da trabalhadora no seu posto de trabalho, concordo pois com a proposta.

Espero que o atual governo acabe com a obrigatoriedade de recurso a este tipo de expedientes, no âmbito do plano de combate à precariedade laboral, impondo vínculos estáveis para postos de trabalho permanentes e reconhecendo dignidade a quem trabalha.»

Ponto 21 (MGD 637/14)

Anexo 21.1

Intervenção do Vereador Sr. Carlos Matias:

«Votarei favoravelmente esta cedência, atendendo à atividade desenvolvida pela associação.

Penso que uma loja no mercado, mesmo no centro da cidade, deveria prioritariamente ser atribuída a comércio, numa zona especialmente vocacionada precisamente para esse efeito.

A existência de mais lojas poderá tornar mais atrativo o centro.

A associação poderia, talvez, desenvolver o seu trabalho em qualquer outro ponto do Entroncamento, em instalações de que o município disponha. À semelhança do que já foi decidido em relação a outras associações, o Bairro Frederico Ulrich seria, por exemplo, uma opção a ter em conta.

No entanto, como disse, votarei a favor.»

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Secção da Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.